



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 169/2025

São Bento do Tocantins - TO, 19 de novembro de 2025.

“Estabelece margem consignável para desconto das consignações na folha do pagamento dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Bento do Tocantins - TO, e adota outras providências.”

O Prefeito Municipal de São Bento do Tocantins - TO, no uso das atribuições legais e constitucionais, conferidas pelo do art.76, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os empréstimos consignados em folha de pagamento para os Servidores Públicos Municipais, com vistas a assegurar a transparência, legalidade e eficiência dos procedimentos administrativos.

CONSIDERANDO a ausência de previsão legal no âmbito municipal acerca do percentual de consignação para empréstimo aos servidores públicos desta municipalidade;

CONSIDERANDO As baixas taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras nessa modalidade de créditos e o benefício gozados pelos servidores nesse tipo de contratação;

DECRETA:

Art. 1º - Este decreto regulamenta a concessão de empréstimo consignada em folha de pagamento aos servidores públicos municipais ativos e efetivos do Município de São Bento do Tocantins - TO, por instituições financeiras previamente credenciadas pelo município.

Art. 2º - Para os fins deste decreto, entende-se por empréstimo consignado aquele em que as parcelas do pagamento são descontadas diretamente da remuneração do servidor público.





Art. 3º - A margem consignável que corresponde ao limite máximo da remuneração ou provento passível de consignação para pagamento de empréstimo, será de até 35% (trinta e cinco por cento) do valor líquido da remuneração mensal do servidor, respeitando os limites legais e constitucionais.

Art. 4º - As instituições financeiras interessadas em oferecer créditos consignados aos Servidores Públicos Municipais deverão ser previamente credenciadas junto a Administração Municipal, obedecendo aos critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Finanças.

§ 1º O credenciamento das instituições financeiras será válido por 12 (doze) meses, renovável por iguais períodos, desde que atendidas às condições estabelecidas;

§ 2º As instituições deverão apresentar todas as documentações exigidas, como as condições de oferta dos empréstimos, taxas de juros aplicadas e prazos para pagamento.

Art. 5º - O desconto referente à consignação em folha de pagamento será realizado no mês subsequente à contratação do empréstimo, ou conforme cronograma definido entre as partes.

Art. 6º - Caso ocorra suspensão do pagamento da remuneração do servidor, o desconto será automaticamente interrompido, devendo o servidor regularizar sua situação diretamente com a instituição financeira.

Art. 7º - É verdade a realização de consignação em folha de pagamento que exceda a margem consignável estabelecida neste decreto.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bento do Tocantins, Estado do Tocantins, aos 19 dias do mês de novembro de 2025.

Paulo Wanderson de Sousa Damasceno
Prefeito Municipal

